

O Ambiente na União Europeia no amanhecer do novo século

Resumo

Concepção: Rolf Kuchling

Lay-out: Dorte G. Kristiansen

Aviso legal

O conteúdo deste relatório não reflecte necessariamente as opiniões oficiais da Comissão Europeia ou de outras instituições da Comunidade Europeia. Nem a Agência Europeia do Ambiente, nem qualquer outra pessoa ou empresa que opere em seu nome, é responsável pela utilização que possa ser dada à informação contida neste relatório.

Encontram-se disponíveis numerosas outras informações sobre a União Europeia na rede Internet via servidor Europa (<http://europa.eu.int>).

Uma ficha bibliográfica figura no fim desta publicação.

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1999

ISBN 92-828-6779-X

© AEA, Copenhaga, 1999

Reprodução autorizada desde que a fonte seja citada

Printed in Italy

Impresso em papel reciclado e isento de branqueadores à base de cloro.

Agência Europeia do Ambiente
Kongens Nytorv 6
DK-1050 Copenhaga K
Dinamarca
Tel: +45 33 36 71 00
Fax: +45 33 36 71 99
E-mail: eea@eea.eu.int
Homepage: <http://www.eea.eu.int>

Índice

Preâmbulo	4
1. Alguns progressos, mas um quadro global medíocre	7
2. Metas atingidas	17
3. De onde vêm as pressões	22
4. Estaremos a progredir para a integração?	26
5. O desafio e as oportunidades do alargamento da União Europeia	32
6. Colmatar as lacunas de informação	36

4 O Ambiente na União Europeia no amanhecer do novo século

Preâmbulo

A Agência já afirmou em relatórios anteriores que, não obstante mais de 25 anos de política comunitária em matéria de ambiente – que em si mesma tem sido um êxito – a qualidade geral do ambiente na União Europeia não está a ter uma recuperação significativa e, em algumas áreas, está mesmo a piorar. O presente relatório confirma essa situação, bem como o facto de o desenvolvimento insustentável de alguns sectores económicos ser a principal barreira ao progresso nesta área.

O que tem faltado até à data é avaliar se as políticas económicas, sectoriais e ambientais irão trazer progressos efectivos, ao longo da próxima década aproximadamente, ou se existem tendências e novos factores que nos afastam do objectivo e põem seriamente em causa a obtenção de um avanço substancial.

O presente relatório, “O Ambiente na União Europeia no amanhecer do novo século” destina-se a abordar esta questão e a fornecer informações sobre a situação actual e as tendências futuras, que possam ser directamente utilizadas na tomada de decisões sobre medidas correctas e eficazes para melhorar e proteger efectivamente o ambiente e promover um desenvolvimento mais sustentável (Tratado de Amesterdão, artigos 2º e 6º).

O que é que vemos?

Os principais desafios irão manter-se, ao longo da próxima década, nomeadamente algumas mudanças sociais significativas (PIB, população, consumo) e, apesar de algumas notáveis excepções, haverá uma incapacidade geral para impedir que estas mudanças gerem pressões ambientais; o aumento das cargas ambientais, devido ao crescimento dos transportes rodoviários e aéreos, e uma urbanização e “suburbanização” generalizadas; a degradação do ambiente rural e, cada vez mais, riscos significativos para o valioso património natural e de biodiversidade dos países da Europa Central e Oriental, bem como daquilo que resta nos países meridionais e mediterrânicos e no norte e ocidente da Europa. Porém, também vemos alguns sinais positivos, ainda reduzidos, mas em rápido crescimento, que devem ser mais amplamente conhecidos, divulgados e incentivados: crescimento da energia eólica; a utilização de bicicletas em maior percentagem no trânsito de algumas cidades; informação de áreas ou municípios que, em muitos países não recorrem a pesticidas; crescimento significativo da agricultura orgânica; aumento da eficiência energética em muitos países; estabelecimento de indicadores e até

de objectivos quantitativos em alguns países da União Europeia, a fim de controlar o desenvolvimento insustentável; e muitos municípios e empresas que aderem à sustentabilidade como um processo viável e rendável, desenvolvendo os seus próprios programas da “Agenda 21 Local” quer localmente, quer a nível empresarial.

Que mais necessitamos de identificar e transmitir que possa ajudar a melhorar a qualidade do ambiente e a superar as tendências insustentáveis?

Nos esforços desenvolvidos pela Agência no sentido de construir um sistema “sem rupturas” de monitorização e comunicação da informação, aquilo que tem faltado é um modelo de referência mais estruturado, com indicadores e metas a alcançar, em relação às principais questões. Em suma, não dispusemos dos instrumentos necessários para responsabilizar o sistema socioeconómico, em termos ambientais e de desenvolvimento sustentável, a fim de o incentivar e recompensar pela adopção de uma via sustentável.

A Agência dará, agora, um novo passo em frente ao implementar o novo requisito (Revisão do Regulamento (CEE) n.º 1210/90 do Conselho) de apresentação de relatórios regulares baseados em indicadores. O primeiro relatório que será publicado para fornecer um conjunto de sinais ambientais da União Europeia, em finais de 1999, apresentará uma extensa série de indicadores destinados a revelar os progressos e tendências. De entre eles, será identificado um conjunto de “indicadores mais importantes”. Juntamente com o PIB (produto interno bruto) e outros indicadores essenciais do bem-estar, estão a ser feitas tentativas no sentido de produzir um “índice de bem-estar”, para além do PIB, que represente melhor a qualidade de vida, incluindo a qualidade do ambiente e o progresso com sustentabilidade.

Uma vez que tudo isto implica mudança, o quadro político também é importante. A política ambiental pode ter mitigado alguns problemas, mas as políticas económicas e sectoriais que escapam ao controlo da política ambiental criaram problemas novos e maiores. A integração do Ambiente nas demais políticas irá decerto enfrentar conflitos. Contudo, a “Iniciativa de Cardiff” (Conselho Europeu de Junho de 1998), começou a pô-la em prática apelando a que as políticas económicas e sectoriais mais importantes (Agricultura, Transportes, Energia, Mercado Interno, Indústria, Finanças, Desenvolvimento) sejam responsabilizadas em termos ambientais e de sustentabilidade. O Conselho de Helsínquia de Dezembro de 1999 deve inventariar os progressos efectuados e ligar estes

6 O Ambiente na União Europeia no amanhecer do novo século

desenvolvimentos sectoriais a uma avaliação global do Quinto Programa de Acção em Matéria de Ambiente (para a qual este relatório visa contribuir). Um relatório coordenado sobre os indicadores (para o qual o relatório sobre os Sinais Ambientais de 1999 da AEA constitui um contributo fundamental) também deverá ser apresentado pela Comissão Europeia.

O presente relatório constitui um avanço relativamente à divulgação mais eficaz da informação. Espera-se que a abordagem aqui adoptada permita a formação de parcerias mais bem sucedidas para tratar das questões relativas ao ambiente e à sustentabilidade; parcerias que envolvam responsáveis políticos, utilizadores e consumidores, o cidadão comum e, o que não é menos importante, o mundo empresarial e a indústria, que compreendem agora que só as empresas sustentáveis poderão subsistir. Esta evolução faz parte integrante da substituição do “ambiente como um fardo” para o “ambiente e (a sustentabilidade) como uma oportunidade”. Os próximos relatórios e, em especial, o nosso relatório anual “Sinais Ambientais da UE”, baseado em indicadores, deverão permitir um acompanhamento mais frequente dos progressos realizados do que o nosso relatório trienal ou quinquenal permitia até agora. Estes relatórios também constituirão uma oportunidade de identificar, e talvez mesmo de abordar, experiências e tendências positivas emergentes, incluindo indicadores sobre questões ou temas prometedores, desagregados de forma sectorial ou territorial (por Estado-membro).

Tanto o enquadramento da comunicação da informação como o da responsabilização parecem estar a melhorar à medida que melhoram também a vontade política, a prontidão do sector empresarial e as exigências e expectativas do público. Temos perante nós dois grandes desafios que podem transformar-se em oportunidades cada vez maiores de pôr à prova, em última instância, a nossa vontade e a nossa capacidade de melhorar o ambiente e a qualidade de vida, bem como de avançar na via de um desenvolvimento sustentável: o desafio da alteração climática, da redução dos gases com efeito de estufa ou da utilização racional dos combustíveis fósseis (da alteração climática para um clima de mudança) e o alargamento da UE (assumindo a sustentabilidade como um objectivo geral e o seu cumprimento com um resultado). Metamos mãos à obra.

*Domingo Jiménez-Beltrán
Director Executivo*

Introdução

O presente resumo está dividido em duas partes principais. A primeira parte (a presente brochura) analisa a situação e as perspectivas relativamente às questões ambientais abordadas pelo relatório principal *O Ambiente na União Europeia no amanhecer do novo século*. Ao fazê-lo, são estabelecidas ligações aos comportamentos actual e futuro no que diz respeito aos objectivos políticos acordados a nível comunitário, aos impactes mais amplos da degradação do ambiente sobre a saúde humana, sobre biodiversidade, e paisagens e áreas sensíveis, e ao modo como as actividades de sectores económicos de fundamental importância contribuem para as tendências verificadas no domínio do ambiente. Duas importantes considerações políticas da UE são igualmente abordadas – o avanço da integração das considerações ambientais nas políticas sectoriais e a situação e as perspectivas dos países que esperam entrar para a União Europeia no âmbito do processo de adesão. São necessários dados e informações de boa qualidade para servir de sustentáculo a essas análises, pelo que se apresenta uma avaliação dos progressos efectuados quanto ao preenchimento de lacunas neste domínio e dos aspectos do trabalho futuro que deverão receber uma consideração prioritária. A segunda brochura (Apêndice) apresenta uma análise sucinta, mais pormenorizada, das questões ambientais abordadas pelo relatório principal.

1. Alguns progressos, mas um quadro global medíocre

O que foi alcançado, em que áreas – e quais são as perspectivas?

É visível pelo quadro-síntese abaixo apresentado, que mostra a situação e as perspectivas em matéria de pressões e de impactes, no tocante aos principais problemas ambientais, que, para além dos cortes significativos e positivos nas substâncias que destroem a camada de ozono, os progressos na redução de outras pressões sobre o estado do ambiente permanecem largamente insuficientes – apesar das tendências positivas constatadas em áreas como a redução das emissões que contribuem para a acidificação, ou as descargas de fósforo nos rios.

8 O Ambiente na União Europeia no amanhecer do novo século

Pressões		Questões Ambientais	Estado e impacte	
Presente	Futuro		Presente	Futuro
☹️	☹️	Gases com efeito de estufa e Alteração Climática	☹️	☹️
😊	☹️	Destruição da camada de ozono	☹️	☹️
☹️	☹️	Substâncias Perigosas	☹️	?
☹️	☹️	Poluição Atmosférica Transfronteiras	☹️	☹️
☹️	☹️	Pressão sobre os Recursos Hídricos	☹️	☹️
☹️	☹️	Degradação do Solo	☹️	?
☹️	☹️	Resíduos	☹️	☹️
☹️	?	Riscos Naturais e Tecnológicos	☹️	?
☹️	?	Organismos Geneticamente Modificados	?	—
☹️	☹️	Biodiversidade	☹️	?
☹️	☹️	Saúde Humana	☹️	?
☹️	☹️	Zonas Urbanas	☹️	☹️
☹️	☹️	Zonas Costeiras e Marinhas	☹️	?
☹️	?	Zonas Rurais	☹️	—
☹️	?	Zonas Montanhosas	☹️	—

 Evolução positiva
 Alguns progressos ainda que insuficientes
 Evolução desfavorável
 não existem dados quantitativos disponíveis
 Incerteza (existe uma análise parcial quantitativa/pericial)

Avaliação dos progressos realizados nos últimos 5-10 anos e tendências até 2010 (2050 para a alteração climática e as substâncias que destroem a camada de ozono). As indicações relativas às pressões mostram de que modo factores como as emissões de substâncias poluentes ou a ocupação do solo, que estão na origem dos problemas, estão a mudar. A informação sobre o estado do ambiente e os impactes indica de que modo estas pressões concorrem para a alteração da qualidade do ambiente.

As perspectivas para a maioria das pressões também não são animadoras, em especial devido ao futuro aumento das emissões em áreas problemáticas, que se têm mostrado difíceis de solucionar: as emissões de gases com efeito de estufa, os produtos químicos e os resíduos. Estas pressões concorrem para um retrato igualmente inquietante sobre o estado do ambiente. Neste aspecto, não é possível traçar tendências positivas globais no âmbito das perspectivas. No que diz respeito à maioria dos problemas, ou o avanço para a recuperação de um ambiente saudável foi insuficiente, ou se registou uma evolução desfavorável. Prevê-se uma evolução adversa no que se refere aos impactes causados pela alteração climática e pela produção de resíduos. Estão, todavia, previstos alguns progressos limitados, e esperando-se que melhoram os casos em que os impactes se relacionam, por exemplo, com a poluição atmosférica transfronteiras, a poluição da água e a qualidade do ar nas grandes cidades.

Ainda subsistem, porém, numerosas incertezas. Devido quer à carência de dados em algumas áreas (solo, biodiversidade, pesticidas nas águas subterrâneas) quer às dúvidas sobre a futura evolução socioeconómica, é difícil compreender claramente em que direcção nos movemos. É particularmente difícil avaliar as perspectivas de importantes questões emergentes, que também suscitam preocupações crescentes da opinião pública, tais como as questões ligadas à saúde humana, às substâncias perigosas e aos organismos geneticamente modificados.

Consequentemente, o estado do ambiente da União Europeia continua a inspirar sérias preocupações. E embora haja indícios de que as medidas tomadas em algumas áreas – por exemplo a acidificação – para prevenir e evitar os danos ambientais estão a progredir, e a produzir importantes dividendos, é evidente que muito falta fazer, para melhorar a qualidade do ambiente e assegurar o progresso para a sustentabilidade – sendo, em especial, necessária uma melhor integração das acções ambientais mais intimamente nas medidas económicas.

Tal como a Caixa “Em que ponto estamos?” também mostra, a panorâmica global é muito contraditória.

“Em que ponto estamos?”

Gases com efeito de estufa e alteração climática

- As emissões de dióxido de carbono diminuíram cerca de 1% entre 1990 e 1996, com variações consideráveis entre Estados-membros. As emissões de metano estão a diminuir.
- A temperatura média anual, a nível mundial e europeu, aumentou 0,3-0,6°C desde 1900; o ano de 1998 foi o mais quente de que há registo.

Substâncias que destroem a camada de ozono

- A concentração potencial “cloro mais bromo” (destruição potencial total da camada de ozono) atingiu o seu ponto mais alto em 1994 e está agora a diminuir.
- A utilização de substâncias que destroem a camada de ozono diminuiu acentuadamente, mais rapidamente do que era exigido pelas medidas internacionais, mas a concentração atmosférica de halons continua a aumentar contra todas as expectativas.

Substâncias perigosas

- Várias medidas de controlo reduziram o risco químico e algumas emissões e concentrações de poluentes orgânicos persistentes e de metais pesados, no ambiente, estão a diminuir.
- Contudo, para 75% das substâncias químicas de grande volume no mercado, existe uma análise insuficiente da sua toxicidade e ecotoxicidade para sustentar uma avaliação mínima dos riscos.

Poluição atmosférica transfronteiras

- Na maioria dos países, o dióxido de enxofre, os compostos orgânicos voláteis e, em menor grau, as emissões de óxido de azoto diminuíram. Contudo, o êxito alcançado na atenuação das emissões das fontes fixas foi praticamente contrabalançado pelo aumento das emissões geradas pelo rápido crescimento no sector dos transportes; as emissões da navegação marítima internacional estão a aumentar a sua quota.
- Os efeitos perniciosos da poluição atmosférica transfronteiras sobre os ecossistemas foram reduzidos.
- Todos os valores-limite para o *smog* de Verão, fixados no âmbito da directiva relativa ao ozono, foram ultrapassados desde 1994.

Pressões sobre os recursos hídricos

- Registou-se uma diminuição significativa do número de rios fortemente poluídos devido a reduções nas descargas de fontes pontuais (nomeadamente de fósforo); as descargas de matéria orgânica diminuíram 50 a 80% nos últimos 15 anos.
- As concentrações de nitratos nos rios da União Europeia têm revelado poucas alterações desde 1980, contribuindo para a eutrofização das águas costeiras. A entrada de nutrientes a partir da agricultura continua a ser elevada.
- Os países da União Europeia extraem em média, anualmente, cerca de 21% dos seus recursos renováveis de água doce, o que é considerado uma situação sustentável. Registam-se elevadas perdas de água nos países do sul da União – cerca de 18% dos



recursos perdem-se anualmente na irrigação, ao mesmo tempo que a sobreexploração e a salinização das águas subterrâneas nas zonas costeiras continuam a ser críticas.

Degradação do solo

- Os danos estão a aumentar, conduzindo a perdas irreversíveis devidas à crescente erosão sob a acção da água, à contínua contaminação local e difusa e à impermeabilização do solo.

Resíduos

- A União Europeia está a produzir e a transportar mais resíduos sólidos. Os objectivos estratégicos da União Europeia em matéria de resíduos não foram alcançados: as medidas de prevenção dos resíduos não estabilizaram a produção e o recurso aos aterros continua a ser o método de tratamento mais comum, apesar dos significativos progressos na recuperação e reciclagem de resíduos.
- A reciclagem do vidro e do papel tem vindo a aumentar, mas não com a rapidez suficiente para reduzir a produção global destes fluxos de resíduos.

Riscos

- Entre 1990 e 1996, as perdas económicas devidas a inundações e ao desabamento de terras foram quatro vezes maiores do que as registadas na década anterior. Todavia, ainda não existe qualquer política orientada para a redução dos riscos naturais.
- Continuam a verificar-se grandes acidentes industriais; mais de 300 acidentes foram comunicados desde 1984 na UE. Há indícios de que muitas das “lições aprendidas” com os acidentes, muitas vezes triviais na aparência, ainda não foram suficientemente analisadas e/ou aplicadas nas práticas e normas industriais.
- O risco global para o ambiente europeu, decorrente de libertações acidentais de radionuclídeos, ainda que pequeno, não pode ser quantificado.

Organismos geneticamente modificados (OGM)

- A questão dos organismos geneticamente modificados continua bloqueada pela incerteza científica e pela controvérsia política.
- Foram experimentalmente libertados no ambiente – como novas plantas de cultivo – desde 1985/86, tendo sido aprovadas quatro culturas alimentares comerciais.
- A autorização da colocação no mercado da UE para os produtos de OGM, ao abrigo da legislação da UE que regula a sua libertação – deliberada e acidental – e a sua segurança alimentar, demora pelo menos 1–2 anos; e nenhuma foi até à data aprovada por unanimidade.

Saúde Humana

- Os tradicionais problemas de saúde de origem ambiental causados pelo consumo de água não potável, um saneamento básico inadequado ou condições de habitação deficientes desapareceram em grande medida da União Europeia.
- De acordo com a Organização Mundial de Saúde, os dados disponíveis sugerem que o ambiente tem um impacte directo limitado (isto é, responsável por menos de 5%) na saúde pública. As partículas em suspensão na atmosfera causam, possivelmente,



12 O Ambiente na União Europeia no amanhecer do novo século

por ano entre 40 e 150 000 óbitos em adultos, nas cidades da União Europeia e uma parte das taxas crescentes de cancro de pele é causada pelo aumento da radiação que atravessa a camada de ozono, cada vez mais ténue.

- Uma exposição de baixo nível a um complexo de substâncias poluentes presentes na atmosfera, na água, nos alimentos, nos bens de consumo e nos edifícios poderá estar a afectar a qualidade de vida global ou a contribuir de forma significativa para a asma, as alergias, as intoxicações alimentares, alguns tipos de cancro, a neurotoxicidade e a imunodepressão.

Zonas urbanas

- As concentrações de poluentes no ambiente das cidades diminuíram ao longo da última década, contribuindo para algumas melhorias na qualidade do ar urbano. Contudo, os dados existentes em relação às partículas em suspensão são contraditórios – a tendência geral é para a diminuição, mas as suas concentrações continuam a exceder as directrizes da Organização Mundial de Saúde, na maioria das cidades.
- Em termos de exposição ao ruído, estima-se que mais de 30% da população da UE vive em habitações com uma exposição significativa ao ruído rodoviário, apesar de ter havido reduções significativas dos limites de ruído para as diversas fontes.

Zonas costeiras e marinhas

- Cerca de 85% das zonas costeiras, onde vive cerca de um terço da população da União Europeia, enfrentam um risco elevado ou moderado decorrente de diversos tipos de pressões, tendo a urbanização aumentada, de um modo geral, na maioria das zonas costeiras.
- Das 25 zonas mais desfavorecidas da União Europeia em 1983, 23 eram zonas costeiras; 19 mantêm o mesmo estatuto em 1996. A falta de crescimento económico entrava a criação de condições para a gestão do ambiente.
- Todas as zonas marinhas da UE estão abrangidas por convenções regionais, as quais não estão a ser totalmente cumpridas; a qualidade da água, a erosão costeira e a ausência de uma gestão integrada das zonas costeiras constituem os principais problemas.

Natureza e biodiversidade

- A integração das questões relativas à biodiversidade nas demais políticas já começou a efectuar-se através de medidas agro-ambientais (em 20% das terras aráveis) e de abordagens à conservação mais orientadas (gestão para múltiplas utilizações, conservação no local e fora do local).
- A crescente fragmentação (em especial a suburbanização das áreas rurais), a uniformidade e a simplificação das paisagens continua a ameaçar a biodiversidade através de uma grave redução das áreas disponíveis para a fauna e a flora. A rede NATURA 2000 tem sido implementada com muita lentidão.
- A poluição (eutrofização, acidificação) e a introdução de espécies continua a facilitar a expansão de espécies generalistas robustas, a expensas das espécies especialistas.

A quantidade de tarefas inacabadas impõe um programa de trabalhos muito amplo e difícil para os próximos anos. Quais são as perspectivas para o seu cumprimento? Os resultados do cenário de referência, que pressupõe a plena execução das políticas em vigor ou em preparação até Agosto de 1997, revelam a dimensão dos desafios a enfrentar. Com algumas exceções, tais como a produção de substâncias que deterioram a camada de ozono, a acidificação e a qualidade do ar urbano, há ainda muito caminho a trilhar para garantir a obtenção de novas melhorias generalizadas no ambiente da União Europeia.

Que futuro para algumas questões ambientais?

- Prevê-se que as emissões de **gases com efeitos de estufa** aumentem cerca de 6%, na UE, de 1990 a 2010. As concentrações atmosféricas de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso poderão atingir aumentos de 45%, 80% e 20%, respectivamente, até 2050. As temperaturas e os níveis do mar também deverão continuar a subir.
- A **camada de ozono** está a ser beneficiada pela eliminação gradual das substâncias que a deterioram, mas apenas começará a recuperar em meados da década de 2030, não se esperando que recupere totalmente antes de 2050. Consequentemente, os níveis de radiação ultravioleta e os efeitos prejudiciais a ela associados, como por exemplo as taxas de cancro de pele, deverão continuar a aumentar.
- A produção de produtos químicos e as emissões totais de **substâncias perigosas** na UE continuarão a aumentar, segundo as previsões, com diferenças regionais significativas. Esperam-se importantes aumentos nas emissões de mercúrio, cádmio e cobre até 2010, ao passo que as emissões de alguns pesticidas apenas conhecerão ligeiros aumentos. Contudo, graças à execução das políticas existentes e propostas, as emissões, deposições e concentrações de chumbo, dioxinas e bifenil policlorado deverão todas diminuir, e de forma substancial no caso do chumbo.
- Prevê-se que as emissões de todos os principais gases que contribuem para a **acidificação** e a **eutrofização** serão reduzidas – levando a melhorias significativas nos ecossistemas ameaçados por estes fenómenos.
- A qualidade dos **rios e lagos** da União Europeia deverá melhorar – devido à diminuição da entrada de azoto e fósforo – graças às medidas para reduzir a poluição da água a partir de fontes pontuais; o tratamento das águas residuais contribui, em particular, para esta melhoria, mas a quantidade de lamas contaminadas irá aumentar na mesma medida. É provável que os rios e lagos das regiões de agricultura intensiva continuem a constituir um problema, a não ser que também se tomem medidas para reduzir o impacto do fósforo e do azoto provenientes da agricultura. A **procura total de água** deverá manter-se relativamente estável, ou aumentar ligeiramente, até 2010.
- A **reciclagem** tem tido muito êxito em vários Estados-membros da União Europeia. Em algumas áreas da Europa Central e do norte, os resíduos pós-reciclagem



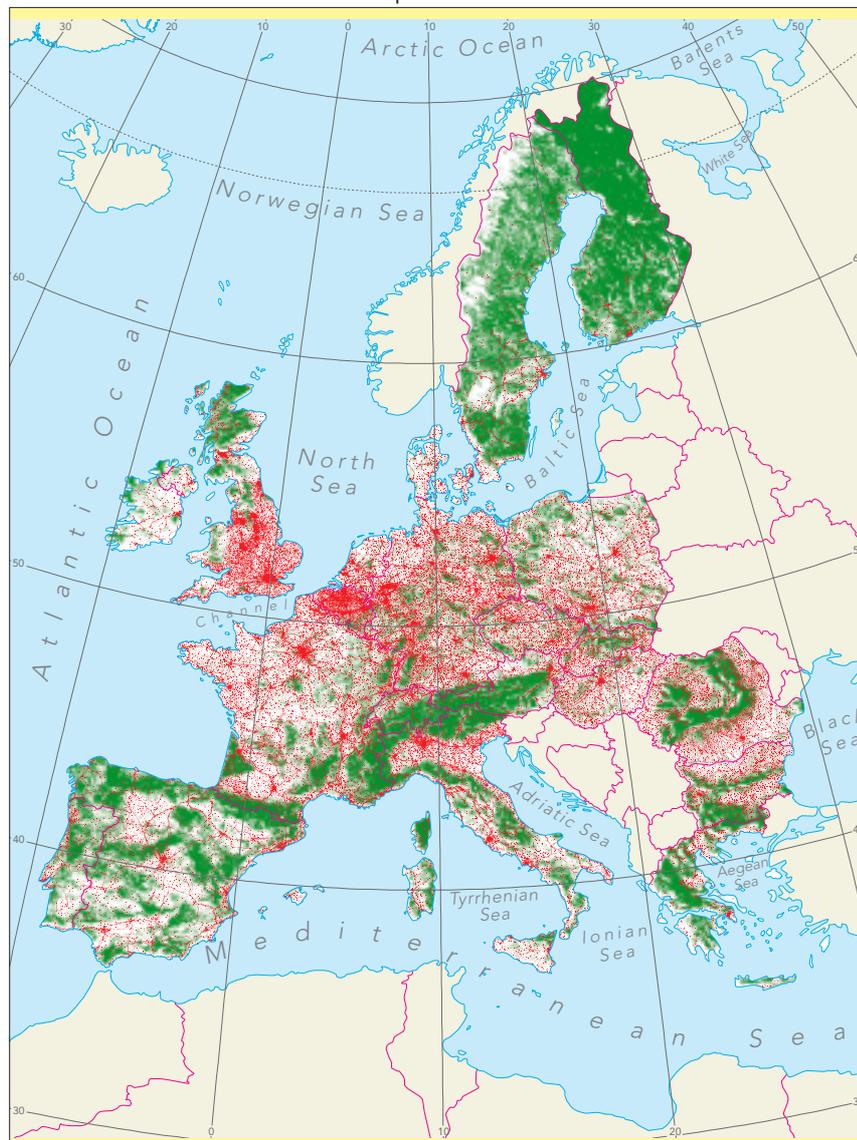
diminuíram para um terço, ou ainda menos, relativamente à quantidade de resíduos original. Contudo, apesar das iniciativas políticas a nível nacional e comunitário, o **volume de resíduos** – domésticos, de papel, cartão e vidro – deverá aumentar.

- A **qualidade do ar urbano** deverá continuar a melhorar. A exposição média dos habitantes das cidades a níveis superiores aos recomendados deverá diminuir em relação a todas as substâncias, mas os níveis de concentração das partículas em suspensão na atmosfera, do dióxido de azoto, do benzopireno e do ozono deverão manter-se acima das normas de qualidade do ar na maioria das cidades, até 2010.
- Prevê-se que a **exposição ao ruído** irá piorar, em determinadas situações, designadamente ao longo das artérias periféricas e das auto-estradas, nos aeroportos regionais, devido ao crescimento dos transportes, em especial de mercadorias e do tráfego aéreo.
- A ameaça à **biodiversidade** decorre primordialmente do uso do solo e das suas alterações, da poluição e da introdução de espécies não autóctones. Estes factores deverão continuar a ser significativos em praticamente toda a Europa, até 2010. Durante o período de 1990 a 2050 o aumento da temperatura afectará provavelmente as regiões árticas e montanhosas, ao mesmo tempo que a alteração dos níveis de precipitação poderá ter efeitos graves no sul da Europa: em consequência, poderá haver uma alteração significativa na distribuição das espécies.
- A poluição do ar e da água, o ruído, as emissões de produtos químicos, a contaminação de alimentos e a destruição da camada de ozono constituirão as principais questões ambientais no que diz respeito à **saúde das pessoas**. A ultrapassagem dos níveis de concentração das partículas em suspensão, do dióxido de azoto, do benzopireno e do ozono na maioria das cidades, até 2010, terá implicações para a esperança de vida e a mortalidade e fará aumentar as taxas de asma e de alergias respiratórias no futuro. As pessoas enfrentam riscos causados pelos nitratos e resíduos de pesticidas, e pela poluição da água – especialmente nas áreas que dependem de poços subterrâneos pouco profundos para o abastecimento de água potável – enquanto o esperado crescimento da produção de determinados produtos químicos comprovadamente causadores de efeitos adversos nos seres humanos, bem como o aumento de determinados resíduos tóxicos, irão acentuar os futuros impactos sobre a saúde. Prevê-se que a exposição ao ruído aumente em certas situações – causando problemas de audição, *stress* gerador de hipertensão e aumento dos riscos de doenças cardiovasculares. Além disso, apesar da planeada redução das substâncias que destroem a camada de ozono, prevê-se que as taxas de cancro de pele aumentem em flecha, atingindo o ponto máximo por volta de 2055.

Estes desafios estão a ser exacerbados porque a população está a deixar novas “pegadas” no ambiente. As alterações radicais nos padrões de uso do solo estão a ter um impacto especial. Embora mais de 70% dos europeus vivam em zonas urbanas, tem-se verificado uma tendência particular a partir da década de 50, para uma urbanização dispersa e anárquica – através da

construção de novas estradas e outras infra-estruturas, reconvertendo permanentemente terrenos que tinham outras utilizações, impermeabilizando os solos, abrindo áreas para o turismo – fazendo com que surjam novos “locais de risco”.

Pressões sobre os recursos do solo e as paisagens com origem nas zonas urbanas e nas redes de transportes



Fonte: AEA

16 O Ambiente na União Europeia no amanhecer do novo século

Actualmente, a maioria dos países da União Europeia tem pelo menos 80% do seu território atribuído a utilizações “produtivas”, como a agricultura, a silvicultura, os centros urbanos, os transportes e a indústria, deixando uma margem limitada para outras utilizações; há propostas para que a extensão das auto-estradas seja aumentada, antes do final da próxima década, em mais de 12 000 km. E um aumento da população urbana na ordem de 5% exigirá, de acordo com as tendências actuais, pelo menos um aumento da mesma ordem na ocupação de terrenos urbanos. Esta questão é cada vez mais importante – tanto mais que as actuais políticas comunitárias, nacionais e regionais relativas ao uso do solo tendem a fomentar estes problemas – e necessita de uma maior atenção por parte dos responsáveis políticos.

Pontos Críticos Ambientais na Europa

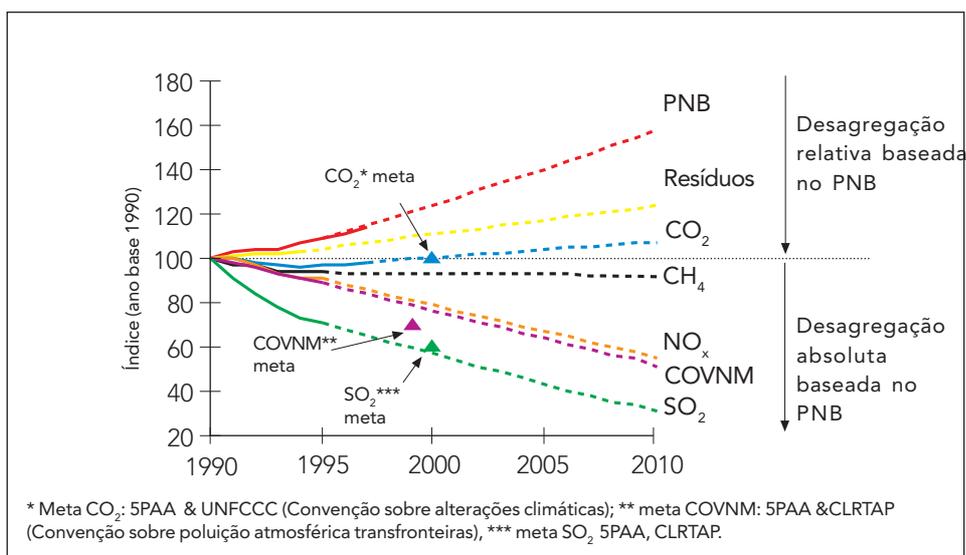
- O aspecto positivo é que a dimensão das áreas com uma concentração e uma combinação muito elevadas de pressões e impactes ambientais está a diminuir. Contudo, o alastramento de “pontos críticos” menos intensos cresce à medida que mais espaço é ocupado pela produção de energia, pelos transportes, a indústria e o abastecimento de água, e à medida também que estas actividades fazem sentir o seu impacte sobre áreas mais vastas.
- Em 2010, a qualidade ambiental de muitos dos “pontos críticos” industriais tradicionais deverá ter melhorado grandemente. Na zona do Triângulo Negro, por exemplo, espera-se que a deposição de enxofre diminua acentuadamente. Todavia, a Alemanha e os Países Baixos continuarão a ser afectadas pela acidificação, e a Bélgica, a França, a Alemanha, a Dinamarca, o Luxemburgo e os Países Baixos pela eutrofização – ao mesmo tempo que o noroeste da Europa também irá, provavelmente, ser amplamente afectado pelas emissões e pela deposição de substâncias perigosas – cádmio, dioxinas, benzopireno e bifenil policlorado – e a Península Ibérica e a Itália serão afectadas pelas emissões e deposições mais elevadas de endossulfano.
- Prevê-se que as zonas urbanas continuem a ser afectadas por graves pressões e impactes ambientais devido, por exemplo, ao agravamento do congestionamento do tráfego e, em algumas áreas, à falta sazonal de água, além de enfrentarem o desafio da gestão dos resíduos sólidos através da incineração e da reciclagem. Embora a qualidade do ar deva melhorar, é provável que o problema do *smog* fotoquímico se intensifique, especialmente no noroeste da Europa. Nas cidades do sul, prevê-se que as faltas de água sazonais se intensifiquem.
- Do mesmo modo, um importante afluxo de turistas causará impactes nas zonas mediterrânicas, ao mesmo tempo que as alterações na agricultura poderão ser particularmente significativa noutras zonas costeiras, por exemplo, nas costas do Mar do Norte e do Canal. A região dos Alpes também enfrenta uma pressão crescente dos transportes.

2. Metas atingidas

Uma característica de muitas das questões ambientais actualmente importantes é o facto de apenas terem sido reconhecidas depois de as suas causas terem progredido sem entraves, tendo as actividades e pressões aumentado até se tornar claro que existiam efeitos significativos para a saúde e o ambiente.

Um bom exemplo disto é a deterioração da camada de ozono: embora a utilização de substâncias que destroem a camada de ozono tenha sido drasticamente contida, a camada de ozono não deverá recuperar totalmente, segundo as previsões, até meados do próximo século. O mesmo acontecerá com os gases com efeito de estufa; existe um intervalo de tempo considerável entre a redução das emissões destes gases e a estabilização da sua concentração na atmosfera. Por exemplo, para se atingir uma concentração potencialmente sustentável de dióxido de carbono (CO_2) em 2100, ou seja, uma estabilização no nível de 1990, seria necessário uma redução de 50 a 70% das emissões anuais de CO_2 , a nível mundial. Por último, a acidificação apenas foi reduzida para os níveis actuais após três décadas de legislação cada vez mais rigorosa.

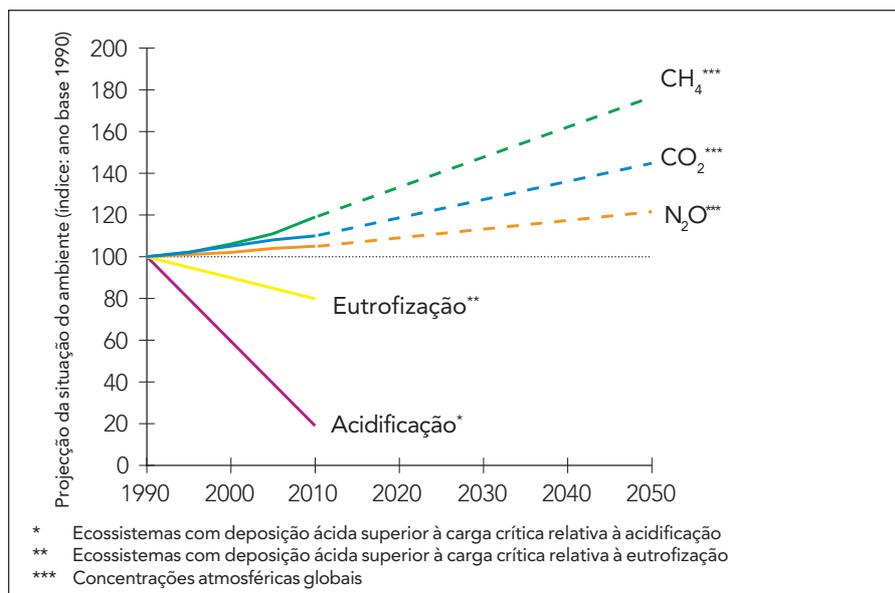
Evolução da economia e tendências das pressões na UE (1990-2010) em relação às metas ambientais



Fonte: Compilado de várias fontes

18 O Ambiente na União Europeia no amanhecer do novo século

Tendências de alguns indicadores do estado do ambiente (1990 - 2010 - 2050)



Fonte: Compilado de várias fontes

É necessário reduzir o intervalo de tempo entre a identificação dos problemas e a formulação e aplicação de medidas políticas para os enfrentar. No passado, as políticas ou foram introduzidas demasiado tarde, ou não tinham a dimensão necessária para lidar com os problemas, ou foram neutralizadas pelas pressões negativas causadas pelo crescimento insustentável noutras áreas (por exemplo, os transportes). A disponibilidade de informações fiáveis sobre as tendências ambientais pode ajudar a reduzir este intervalo de tempo, ao fornecer uma ligação fundamental entre a investigação científica e a tomada de decisões políticas, e ao permitir que os responsáveis políticos prevejam problemas futuros e planeiem medidas para lhes fazer frente. O público também tem responsabilidades nesse contexto, tanto em termos da participação efectiva no processo da tomada de decisões, como através de alterações nos padrões de comportamento e consumo.

A fixação de objectivos claros e a introdução de políticas para lhes dar cumprimento é crucial para a obtenção de progressos ambientais mais substanciais e mais rápidos. A UE fixou, e continuará a fixar objectivos para as áreas principais, mas embora tenha alcançado vários deles e se espere que alcance mais alguns,

é provável que não consiga atingir outros, nomeadamente:

- Em relação ao CO₂, a UE visa estabilizar inicialmente as emissões, no ano 2000, no nível de 1990. A UE comprometeu-se, em Quioto, a reduzir em 8% as emissões de **gases de efeito de estufa**, medidos como equivalentes CO₂, entre 1990 e 2008-2012. O cenário de referência aponta para um aumento de 6% das emissões totais de gases de efeito de estufa, embora inicialmente as emissões de CO₂ tenham diminuído cerca de 1% em 1996, em relação ao nível de 1990.
- A utilização de **substâncias que destroem a camada de ozono** diminuiu em todos os países da União Europeia, a um ritmo mais rápido do que o exigido para cumprir os objectivos europeus. Embora em 1996 a produção de clorofluorcarbonos (CFC) tenha sido um pouco mais elevada do que em 1995, prevê-se que as emissões da União continuem a diminuir futuramente, de modo a que os objectivos possam ser cumpridos. A Comissão propôs a supressão gradual do consumo de hidroclorofluorcarbonos (HCFC) até 2015.
- Esperam-se reduções significativas nas **emissões de poluentes atmosféricos** até 2010 – mas não suficientes para cumprir os objectivos propostos pela UE até esse ano, nem os que foram acordados para o ano 2000. Os objectivos foram fixados na proposta de estratégia em matéria de acidificação, da Comissão, e no protocolo à Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância – Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE-UN).
- É possível que subsista uma lacuna significativa no que diz respeito à **eliminação de todas as descargas perigosas**. As actuais medidas comunitárias permitirão alcançar provavelmente os novos objectivos da CEE-UN no tocante à redução das emissões de chumbo, dioxinas, furanos e hexaclorobenzeno, mas não das emissões de cádmio ou de mercúrio – as emissões de hidrocarbonetos aromáticos policíclicos deverão aumentar devido ao crescimento significativo do transporte rodoviário.
- Espera-se que a maioria das cidades avancem significativamente no cumprimento dos objectivos comunitários relativos à **qualidade do ar nas zonas urbanas** no tocante ao dióxido de enxofre (SO₂), às partículas em suspensão, ao benzeno e ao benzopireno, embora se prevejam menos progressos no que diz respeito às concentrações de ozono e dióxido de azoto (NO₂).
- Serão necessárias novas iniciativas – exigindo uma abordagem completa do ciclo de vida que acentue as medidas de prevenção e a reutilização – para conter os aumentos previstos na maioria dos **fluxos**

20 O Ambiente na União Europeia no amanhecer do novo século

de resíduos. A comparabilidade dos dados constitui um problema importante.

- Não estão disponíveis objectivos comunitários no que se refere à qualidade das águas subterrâneas, mas apenas para a água destinada ao consumo humano, e as informações sobre as tendências relativas a esta última são demasiado limitadas para permitir uma análise de comportamento. A utilização de pesticidas deverá diminuir mais ainda, mas continuarão a ser encontrados resíduos de pesticidas nas águas subterrâneas, o que constituirá um problema, em alguns casos. É provável que os nitratos presentes nas águas subterrâneas estabilizem.

Progressos no cumprimento dos principais objectivos ambientais da UE
(Índice 1990 = 100)

	Nível de 1985	Nível de 1990	Nível de 1995	Nível previsto no ano alvo	Objectivo	Progresso?
Gases de efeito de estufa (GEE) e alteração climática						
Conjunto de emissões de GEE	-	100	98	106	92 em 2008-2012	☹️
Emissões de CO ₂	96	100	97	98-102	100 2000	😐
Substâncias que destroem a camada de ozono						
Produção de CFC	160	100	11	apr. 0	0 em 1995	😊
Produção de HCFC	-	100	108	apr. 0	0 em 2025	😊
Acidificação						
Emissões de SO ₂	119	100	65	53* 29	60 em 2000 16 em 2010**	😊 ☹️
Emissões de NO _x	95	100	89	81* 55	70 em 2000 45 em 2010	☹️ ☹️
Emissões de compostos orgânicos voláteis não-metânicos (COVNM)	98	100	89	81*	70 em 1999	☹️
Problemas à escala regional						
Resíduos sólidos urbanos (per capita)	79	100	103	109	79 em 1999	☹️

* Baseado nos planos de medidas de redução dos Estados Membros

** objectivos propostos que poderão ser revistos no âmbito da estratégia combinada ozono/acidificação

É difícil avaliar o comportamento em algumas áreas – recursos naturais, biodiversidade, degradação do solo e das zonas costeiras – dado não existirem objectivos quantitativos, nem os dados necessários.

Uma das razões da lentidão no cumprimento dos objectivos é o facto de os problemas serem tratados separadamente, levando a que, por vezes, as interligações não sejam consideradas, sendo necessária uma abordagem mais global e integrada no futuro. Por exemplo, a estratégia comunitária em matéria de acidificação, actualmente em discussão, baseia-se numa abordagem multipoluentes/efeitos que reconhece o papel múltiplo que o dióxido de enxofre, os óxidos de azoto, o amoníaco e os compostos orgânicos voláteis desempenham ao causar quatro problemas ambientais interligados: a acidificação, a eutrofização, o ozono troposférico e a alteração climática. Uma abordagem integrada a estes diferentes impactes ambientais melhora a relação custo-eficácia e aumenta o apoio político. Do mesmo modo, uma abordagem integrada à alteração climática reconhece os múltiplos benefícios, tanto para a saúde como para os ecossistemas, das melhorias na eficiência dos combustíveis fósseis e no recurso às energias renováveis, ou da redução da combustão de materiais fósseis raros, em geral.

A monitorização dos progressos para essa *“integração dos sistemas”* na gestão dos problemas ambientais é difícil, mas existem alguns indicadores desses progressos, tais como as directivas-quadro da União Europeia relativas ao ar e à água, a directiva relativa à prevenção e controlo integrados da poluição, para as grandes empresas industriais, e, o programa Auto-Oil relativo aos poluentes atmosféricos provenientes dos veículos. Estão a ser desenvolvidas abordagens mais englobantes tendo em vista a utilização mais eficiente da energia e das matérias-primas, a fim de minimizar os impactes ambientais (as chamadas abordagens eco-eficientes) pelo Conselho Mundial de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável, e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

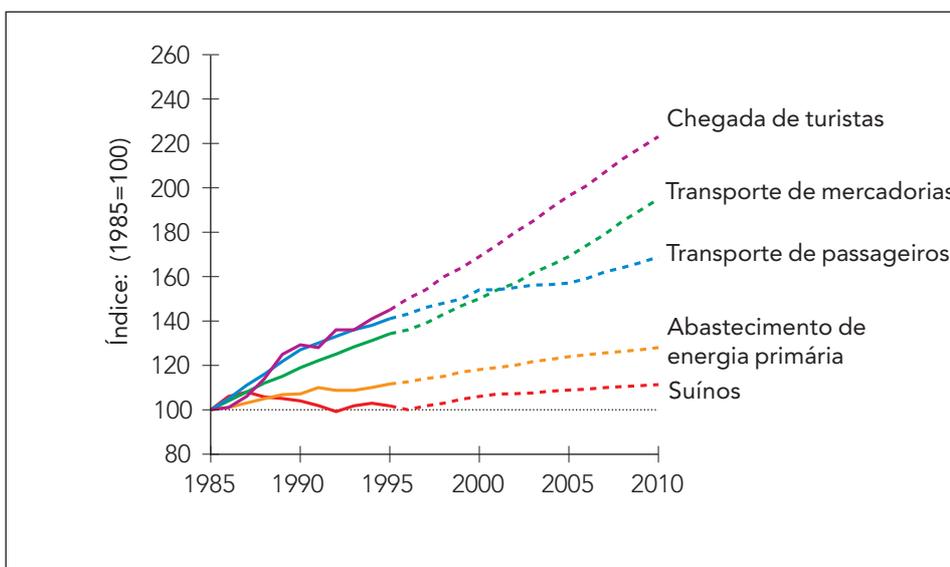
Alguns dos obstáculos para que se verifiquem novos progressos na integração dos sistemas são a falta de compreensão científica e de informação sobre as ligações entre os problemas ambientais, a falta de objectivos para medir a eficácia das políticas e a separação entre as disciplinas científicas e as instituições políticas que se ocupam dos diversos impactes ambientais.

3. De onde vêm as pressões

O ambiente da União Europeia permanecerá, num futuro previsível, sujeito a graves pressões causadas por uma série de actividades – económicas, industriais, de lazer e mesmo privadas – muitas das quais se irão expandir previsivelmente, e que, devido à sua interligação, se potenciarão mutuamente.

As economias dos Estados-membros da UE têm vindo a criar mais bem-estar material para os seus habitantes, na última década. Mas o crescimento económico é tão significativo que a produção e o consumo exigirão, em geral, uma crescente utilização dos recursos naturais e darão origem a uma maior taxa de poluição. A utilização final dos bens de consumo e dos serviços não só exige os materiais e a energia incorporados no próprio produto ou serviço, mas também os materiais e a energia utilizados em fases anteriores do processo de produção (o “fardo ecológico”). De acordo com o cenário de referência, prevê-se um aumento do crescimento económico na ordem dos 45%, até 2010. Este aumento terá impactes ambientais e é provável que vá diminuir os ganhos obtidos com as iniciativas de política ambiental e dificultar a obtenção da sustentabilidade. De qualquer forma, a intensidade do consumo de materiais nas economias mais importantes da União diminuiu na década de 80, mas esta tendência não se manteve nos anos 90.

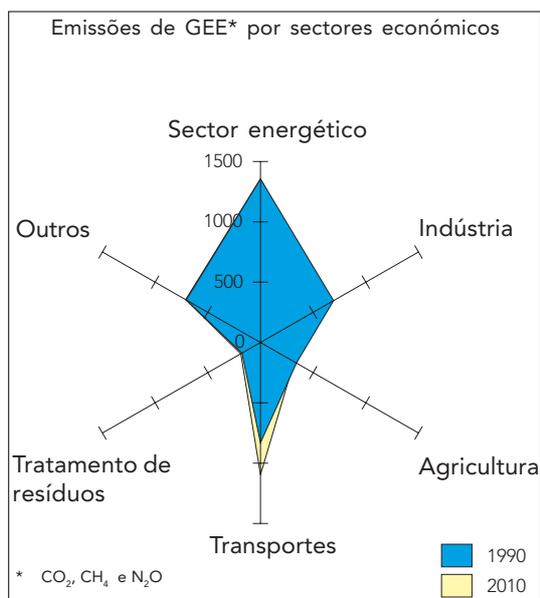
Abastecimento de energia primária e tendências das principais forças motrizes na UE (1985 - 2010)



Fonte: AEA

O abastecimento total de energia primária também está a revelar tendência para subir e as curvas das principais forças motrizes da economia são ainda mais acentuadas.

As economias da União Europeia, em geral, têm sido recentemente menos *intensivas no consumo de energia*, mas esta tendência continua a implicar uma procura crescente de energia em termos absolutos. A diminuição dos preços mundiais da energia ameaça futuras reduções na intensidade energética. A utilização crescente de energia está a causar mais emissões de dióxido de carbono, um dos principais componentes dos gases com efeitos de estufa. As quotas dos diversos sectores económicos



Fonte: Compilado de várias fontes

na produção de gases com efeito de estufa evoluem de forma diferente ao longo do tempo.

Os transportes – e a mobilidade – estão a pôr em risco a capacidade de a UE realizar muitos dos seus objectivos de política ambiental. Os grandes aumentos verificados na transporte de passageiros e de mercadoria dificultam o cumprimento dos objectivos gerais em matéria de alteração climática, poluição atmosférica transfronteiras e urbana. A infra-estrutura de transportes, em constante expansão é utilizada para além da sua capacidade e o congestionamento do

tráfego causa perdas económicas significativas. No transporte de passageiros, as melhorias na eficiência energética dos motores não são suficientes para compensar a pressão crescente sobre o consumo de energia causada por três factores: o número crescente de passageiros-km, a tendência para utilizar automóveis maiores e a maior utilização do transporte rodoviário e aéreo. É possível constatar uma evolução semelhante no transporte de mercadorias, sector em que, apesar dos programas políticos para apoiar estes modos de transporte (designadamente a política de redes transeuropeias), os transportes ferroviários e a navegação interior continuam a perder terreno perante os transportes rodoviários.

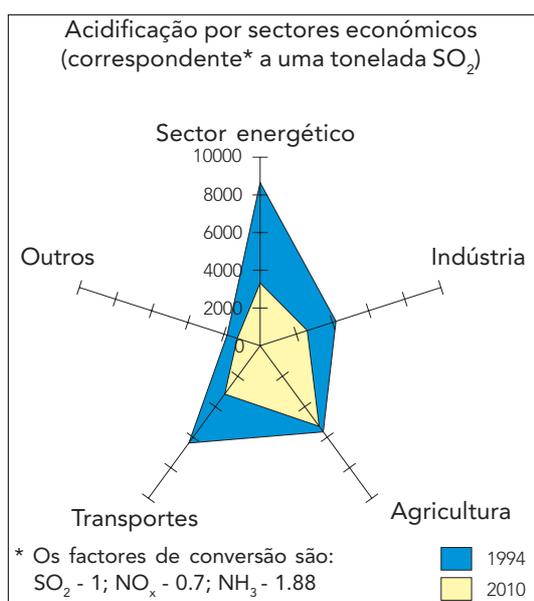
Nas previsões actuais, os agregados familiares, a *indústria e os serviços* também utilizarão mais energia. As indústrias químicas, da produção de pasta e de papel e dos materiais de construção deverão conhecer uma forte expansão, mas o sector dos serviços é a área de crescimento mais rápido, facto que terá implicações graves em matéria de transportes e de utilização de energia. Prevê-se uma substituição dos combustíveis sólidos e do petróleo pelo gás natural, o que representa uma mudança positiva em termos de qualidade do ambiente. A quota actual das energias renováveis é modesta, com cerca de 6%, podendo crescer até 8% em 2010. O objectivo da UE visa a duplicação dos valores actuais em 2010; contudo, dadas as actuais condições do mercado da energia, terão de ser aplicadas fortes medidas para que este objectivo possa ser alcançado. Embora se prevejam mais ganhos de eficiência energética nos sectores económicos, o crescimento global previsto para as actividades sectoriais será mais do que suficiente para anular os benefícios produzidos pelo aperfeiçoamento da tecnologia energética.

Embora a população da UE se mantenha relativamente estável, o aumento dos rendimentos e a existência de *agregados familiares* em maior número e de menores dimensões levará a um aumento de 50% no consumo final, segundo as projecções, entre 1995 e 2010, aumentando a pressão sobre os serviços ambientais e os recursos naturais. A utilização de energia pelo sector doméstico excedeu as melhorias de eficiência energética, em consequência do aumento do número de agregados familiares, que por sua vez resulta da sua menor dimensão.

O *turismo*, beneficiado pelo crescente bem-estar económico, maior lazer e preços atractivos (que não incluem os custos ambientais), deverá crescer significativamente. O desenvolvimento das

actividades turísticas causará problemas em áreas sensíveis, tais como as zonas costeiras e de montanha, e contribuirá para o crescimento do sector dos transportes.

Cerca de 40% do solo da União é composto por solos agrícolas – grande parte situados em sítios importantes para a biodiversidade, ou na sua proximidade. Apesar das reformas da política agrícola comum introduzirem algumas medidas ambientais, subsiste uma perspectiva de polarização agrícola, numa combinação de agricultura intensiva e marginalização de terrenos – ambas com impacto sobre o ambiente. Prevê-se que a criação de bovinos seja substituída pela criação de suínos e pela avicultura. A utilização de fertilizantes revela tendência para diminuir, ao passo que a utilização de pesticidas é flutuante: diminuiu, mas desde 1994 tem mostrado tendência para voltar a aumentar. A evolução futura é



Contribuição
sectorial para
as emissões de
substâncias
acidificantes na
UE (1994-2010)

Fonte: Compilado de várias fontes

incerta, mas é provável que se verifique uma diminuição do volume dos ingredientes activos nos pesticidas. A *agricultura* gera emissões acidificantes (amoníaco) e o desenvolvimento da pecuária colocará este sector no topo dos que mais contribuem para a acidificação, na próxima década, uma vez que dificilmente estará em condições de reduzir as emissões, em contraste com os demais sectores.

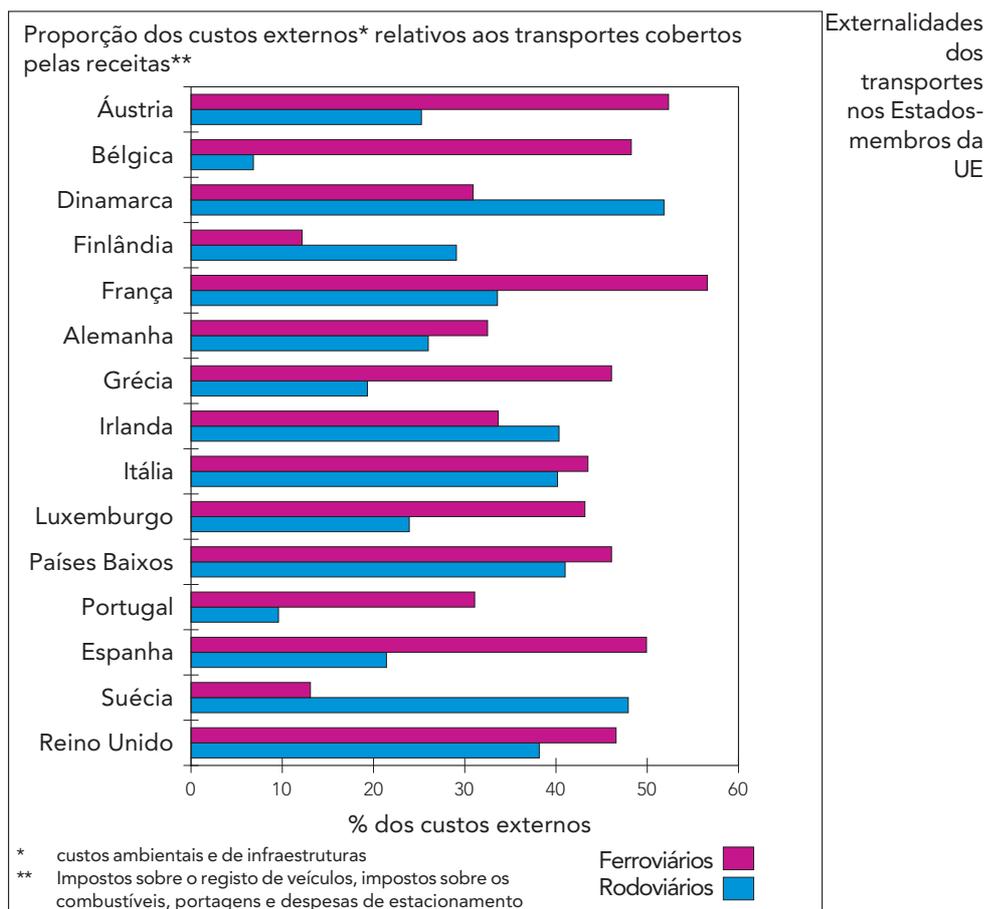
4. Estaremos a progredir para a integração?

Os progressos em matéria de *integração sectorial* têm sido lentos, desde que a sua importância foi identificada no Quinto Programa de Acção em Matéria de Ambiente (5º PAA), em 1992. Contudo, o Conselho Europeu de Cardiff, de Junho de 1998, convidou os Conselhos “Agricultura”, “Energia” e “Transportes” a elaborarem relatórios sobre as respectivas estratégias em matéria de integração do Ambiente e de desenvolvimento sustentável, e o Conselho de Viena de Dezembro de 1998 alargou esta proposta ao desenvolvimento do mercado interno e à indústria. Isto constitui um passo em frente significativo no sentido da *integração institucional* necessária para que as “forças motrizes” da actividade económica sectorial possam incorporar as considerações ambientais nos seus objectivos e programas.

Presentemente, são raras as estratégias integradas que incluem o ambiente entre os objectivos sectoriais, estando ausente dos objectivos da política agrícola comum consignados no Tratado e também dos objectivos da política de transportes comunitária. Contudo, pelo menos cinco países (Áustria, Dinamarca, Países Baixos, Suécia e o Reino Unido) formularam estratégias de transportes que incorporam objectivos ambientais. Os sectores da indústria e da energia mais heterogéneos são menos adaptáveis a programas integrados globais, mas a alteração climática está actualmente a incentivar a elaboração de planos globais no sector da energia, levando a que o desafio da alteração climática se transforme numa oportunidade, ou se crie “um clima de mudança”.

Não é fácil avaliar os progressos da integração sectorial sem que haja um acordo sobre o modo como ela deve ser posta em prática e monitorizada. No seu relatório “O Ambiente da Europa: Segunda Avaliação”, a Agência Europeia do Ambiente propôs alguns critérios iniciais para a integração sectorial, baseados no Quinto Programa de Acção e na Declaração do Rio das Nações Unidas (sobre Ambiente e Desenvolvimento). Os ditos critérios concentram-se no importante papel desempenhado pelos preços, impostos e subsídios no incentivo de determinados tipos de actividade económica sectorial (*“integração no mercado”*), e no recurso a avaliações do impacte ambiental, sistemas de gestão e políticas relativas aos produtos para prever e minimizar os impactes ambientais, *“integração da gestão”*). A monitorização dos progressos feitos com base nestes critérios ainda está no princípio.

Emcontram-se já disponíveis alguns resultados iniciais dos progressos em matéria de inclusão das *externalidades* relativas ao transporte (incluindo custos infra-estruturais) nos preços, através dos impostos, nos Estados-membros. Tratam-se de conclusões experimentais, que não abrangem todos os impactes ambientais dos transportes, mas que constituem um primeiro passo na tentativa de obter preços de mercado “justos e eficientes” para os transportes. Sem essa internalização de custos externos, os transportes recebem um “subsídio” significativo (estimado em cerca de 4% do produto interno bruto da UE) que encoraja uma mobilidade superior à que seria ideal para a sociedade, especialmente no que diz respeito ao transporte de mercadorias, a que pode juntar-se ainda um subsídio aos transportes em automóveis particulares. Não existem dados disponíveis em relação à aviação e à navegação marítima,



Fonte: IWW/INFRAS; ECMT

mas a ausência de impostos sobre o combustível para a aviação, e os contributos desta última para a poluição da atmosfera, levam a que os custos externos do transporte aéreo também estejam longe de serem incluídos nos preços de mercado.

Os *subsídios* prejudiciais para o ambiente, que constituem um outro exemplo de incapacidade para integrar os custos ambientais nos preços de mercado, são difíceis de estimar. Embora estejam a diminuir, de um modo geral, continuam a ser avultados nos sectores da agricultura, da indústria e da energia (particularmente no caso do carvão), ascendendo, no total, a algumas dezenas de milhares de milhões de euros. A não cobrança de taxas sobre a utilização dos automóveis e o estacionamento, praticada em alguns países, são outro subsídio para a mobilidade a nível privado.

Desde 1992, tem vindo a registar-se um lento alargamento dos *instrumentos políticos*, com um maior recurso aos impostos, aos acordos e à informação no domínio do ambiente, para além de medidas legislativas como as directivas. No que diz respeito aos instrumentos económicos, vários estão em vigor dentre eles mais impostos ambientais (especialmente nos sectores da energia e dos transportes). Em 1987 havia menos de 100 instrumentos económicos em utilização nos Estados-membros da UE, enquanto que em 1997 já existiam 134. Todavia, as receitas das taxas verdes ainda são inferiores a 7% do total dos impostos da UE (incluindo os impostos sobre a energia), e esses impostos encontram-se principalmente em vigor nos países escandinavos, na Bélgica e nos Países Baixos, fazendo-se pouco uso deles nos países meridionais. Têm-se verificado poucos progressos na reforma dos impostos ecológicos; reforma essa em que a tributação sobre o trabalho é transferida para uma tributação de incidência ambiental.

Verificou-se um aumento mais acentuado da utilização dos *acordos ambientais*, ao longo dos últimos dez anos: um inquérito realizado pela Comissão Europeia concluiu que, em 1986 tinham sido celebrados na UE 44 acordos, no total, reconhecidos pelos Estados-membros, ao passo que dez anos depois (em meados de 1996) havia 304 acordos em vigor. No entanto, a maioria destes acordos não é acompanhada dos processos de monitorização e aplicação necessários para implementar e avaliar a sua eficácia ambiental.

A *utilização da informação* também aumentou, mas principalmente nos países do norte da Europa e nos sectores agrícola e industrial, onde os rótulos ecológicos começam a ter impacte. A rotulagem referindo os

resíduos de pesticidas e assegurando a qualidade dos alimentos, incluindo as origens orgânicas dos produtos agrícolas, está a tornar-se cada vez mais importante na escolha dos consumidores. A possibilidade de escolher electricidade “verde”, ou produtos alimentares fornecidos localmente está ainda no início. A Bélgica (Região flamenga), os Países Baixos e a Suécia desenvolveram “registos das emissões de poluentes” compatíveis com a Nomenclatura Geral das Actividades Económicas nas Comunidades Europeias (NACE), permitindo, deste modo, as análises entre países e a ligação com variáveis económicas. Foram ainda estabelecidos outros inventários de emissões (nomeadamente na Bélgica, França, Alemanha e Reino Unido) em resposta a vários requisitos de comunicação das informações a nível nacional e internacional.

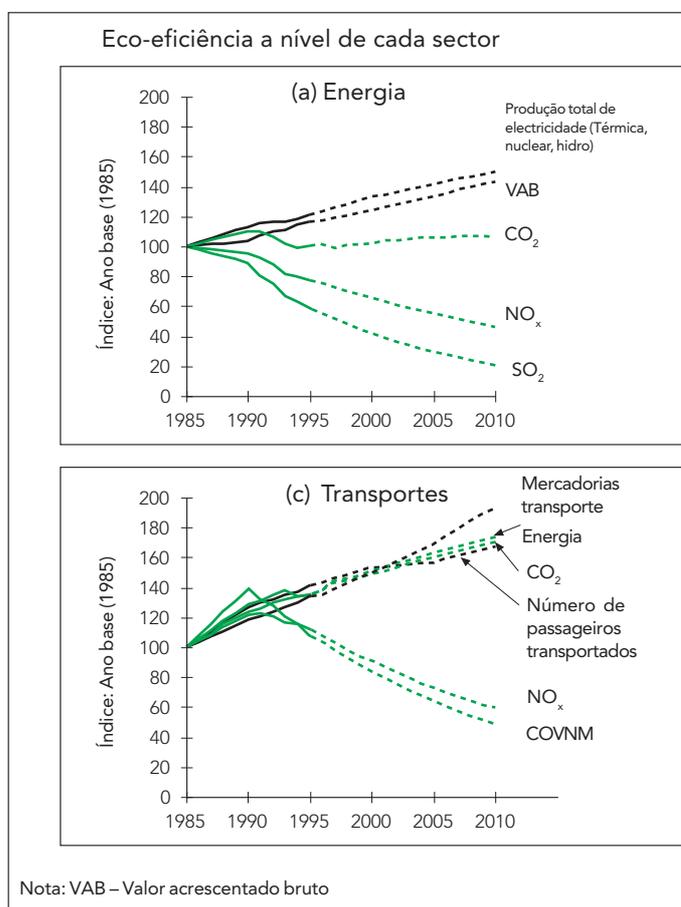
Alguns progressos forem feitos na previsão e na redução dos impactes ambientais através da avaliação prévia de projectos e políticas, graças ao estímulo das actividades a nível da UE. A maioria dos Estados-membros e alguns sectores produziram orientações e outros meios de apoio para a utilização das *avaliações de impacte ambiental* (AIA), que são encaradas como uma influência importante no planeamento dos projectos. Contudo, a maioria destas avaliações apenas levou a alguns ajustamentos restritos de projectos, muitas vezes porque só eram executadas numa fase tardia da concepção dos mesmos. Embora a directiva relativa à avaliação ambiental estratégica ainda esteja a ser discutida – vários Estados-membros (Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Países Baixos e Espanha) e a Comissão Europeia têm desenvolvido procedimentos e iniciativas nesta matéria.

Influenciar as cadeias da oferta através de *compras ambientais* é uma outra maneira de integrar as considerações ambientais nas políticas de gestão, sendo evidentes alguns progressos iniciais em diversos Estados-membros (Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Países Baixos e Reino Unido). A utilização dos sistemas de gestão ambiental, fomentada pelos Sistemas Europeus de Gestão e Auditoria Ambiental (EMAS) e pela Organização Internacional de Normalização (norma ISO 14000), está a disseminar-se lenta mas desigualmente, situando-se a maioria dos sítios EMAS registados na Alemanha.

O êxito dos instrumentos de integração sectorial atrás descrito pode ser medido pelo grau em que nos diversos sectores o nível de actividade económica se dissocia do impacte ambiental, produzido com consequente aumento da chamada “*eco-eficiência*”. A nível da UE, só as emissões poluentes para a atmosfera revelaram uma dissociação

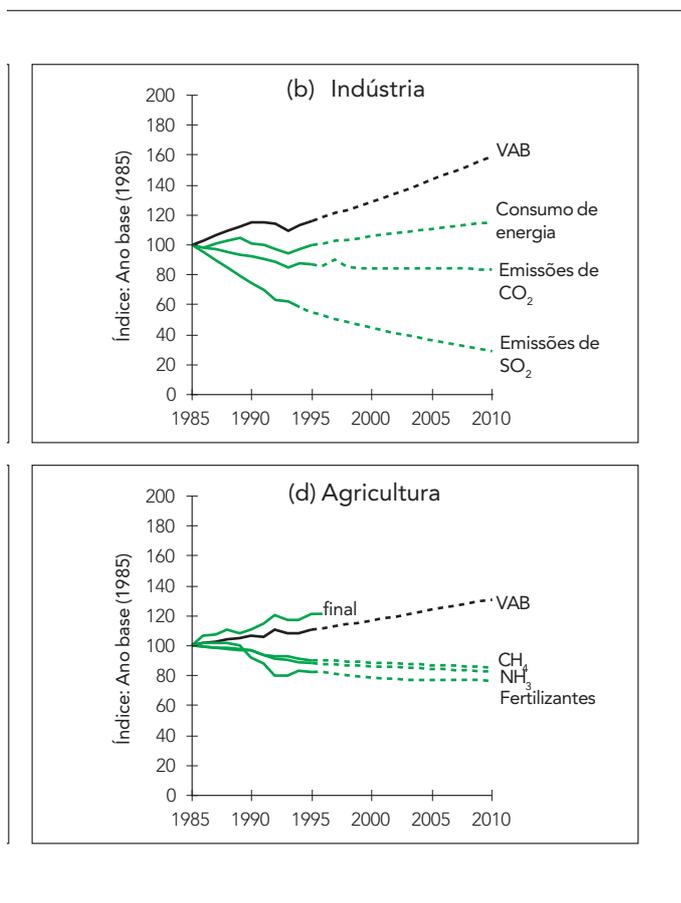
significativa relativamente ao PIB desde 1990. Em contraste, registou-se apenas uma dissociação ligeira do dióxido de carbono e dos resíduos, e estas tendências continuam até 2010.

A nível sectorial as emissões poluentes diminuíram significativamente nos sectores da energia, dos transportes e da indústria, e menos na agricultura. A utilização de energia e às emissões do dióxido de carbono acompanham a produção (transportes e agricultura) ou apenas se dissociaram ligeiramente desta, não havendo qualquer indicação de ganhos significativos em matéria de eco-eficiência até 2010.



Fonte: Compilado de várias fontes

Os ganhos em termos de eco-eficiência poderão não ser suficientes para alcançar a sustentabilidade, pois por vezes é necessária uma redução absoluta da carga total sobre o ambiente (e não apenas um impacto ecológico relativamente menor por unidade de produção devido a ganhos de eco-eficiência), como é o caso das emissões de gases de efeito de estufa e da acidificação. Além disso, os impactos globais sobre o ambiente poderão aumentar se os ganhos em eco-eficiência na UE resultarem da transferência das indústrias poluentes para o exterior.



5. O desafio e as oportunidades do alargamento da União Europeia

Embora os “Países candidatos à adesão” (prevista para o início do próximo século) tenham muitos problemas semelhantes aos da União, o estado do seu ambiente também revela algumas diferenças. Nas zonas mais industrializadas, em especial, existe uma herança de danos ambientais, causados designadamente pelas emissões de enxofre e pela contaminação com metais pesados, a qualidade da água é má em algumas zonas, especialmente naquelas em que o abastecimento é feito a partir de águas subterrâneas contaminadas por nitratos. Ainda subsistem também potenciais riscos ambientais associados às centrais nucleares e às bases militares da era soviética, nas quais estão a ser empreendidas obras de recuperação.

Alguns países candidatos à adesão têm mais actividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental, e também áreas mais extensas de habitats naturais (património natural). Não obstante as implicações sociais, o declínio significativo do produto interno bruto nos primeiros anos do processo de transição ajudou num certo sentido o ambiente desses países – através da menor produção de resíduos, de um mais baixo consumo de energia e da redução da utilização de produtos químicos na agricultura – diminuindo a poluição e os riscos para a saúde de origem ambiental. Além disso, o uso do solo não é tão elevado como em muitos países da União Europeia, o que tem vantagens para a biodiversidade, a diversidade paisagística e a manutenção dos processos ecológicos.

Contudo, na transição para a integração na UE, existe o perigo de que o ambiente destes países venha a ser afectado se estes seguirem a mesma via de desenvolvimento dos actuais quinze Estados-membros da União.

Quando a convergência com a actual UE implicar um crescimento económico acelerado nos países candidatos à adesão, estes enfrentarão o desafio de assegurar que não repetirão as duas décadas de negligência ambiental vividas na Europa Ocidental – que obrigaram a adoptar um programa ultra-prioritário de medidas correctivas a nível europeu e nacional. Será talvez mais realista e útil considerar que tanto os quinze Estados-membros da UE como os países candidatos à adesão se encontram em transição – a transição para um desenvolvimento mais sustentável. Tanto uns como os outros ainda têm um longo caminho a percorrer, mas uma vez que partem de pontos diferentes, os seus percursos serão diferentes.

Evolução do ambiente dos países candidatos à adesão

Países da Europa Central e Oriental candidatos à adesão:

- Devido à actual expansão económica, os aumentos no **consumo e na produção** poderão ser maiores do que nos Estados-membros da UE. A utilização de automóveis particulares, em especial, poderá aumentar cerca de 60% até 2010. O esperado crescimento económico poderá exacerbar por exemplo, os níveis de resíduos sólidos urbanos, o congestionamento do tráfego e a poluição.
- Tendo em conta as medidas aplicadas no âmbito do processo de convergência, o **consumo e a intensidade de energia** deverão diminuir de forma acentuada. A intensidade energética na indústria, especialmente, poderá, melhorar em cerca de 35% até 2010. O processo de reestruturação do sector da energia poderia levar a diminuições significativas das emissões de dióxido de enxofre e de dióxido de carbono com um custo relativamente baixo. A diminuição dos níveis de deposição levará provavelmente a uma redução dos ecossistemas afectados pela acidificação de 44% em 1990, para 6% em 2010; os ecossistemas da UE também serão beneficiados pela redução das emissões nos países candidatos à adesão; são de esperar ganhos mais modestos em matéria de eutrofização. As melhorias em termos de eficiência energética, poderão levar a uma diminuição das emissões de dióxido de carbono de cerca de 8% entre 1990 e 2010, para os *países candidatos à adesão*
- Actualmente, os **sistemas de transportes** nestes países têm consequências menos adversas para o ambiente do que os da União Europeia. A rede ferroviária da maioria dos países candidatos à adesão encontra-se bem desenvolvida, embora seja necessário modernizá-la. Ao mesmo tempo, a infra-estrutura rodoviária e os transportes privados estão menos desenvolvidos. Esta situação oferece o ponto de partida para desenvolver um sistema de transportes eficiente que seja relativamente inofensivo do ponto de vista ambiental.
- Na **agricultura**, verificou-se um aumento dos rendimentos e da produção, acompanhado por um menor uso de pesticidas e fertilizantes. Mas o potencial de aumento da utilização de fertilizantes e a expansão do uso de estrume constitui uma importante ameaça para a qualidade da água. As reformas nos regimes de propriedade fundiária já instituídas nos países candidatos à adesão têm implicações significativas em termos do uso do solo e do aumento das produções agrícolas. No entanto, existe a possibilidade de proteger os ecossistemas através da integração agricultura-ambiente, no âmbito das reformas propostas para a política agrícola comum. Isto poderá ter importantes benefícios para as economias rurais, através do aumento de uma agricultura de baixo impacte e do desenvolvimento do eco-turismo, ao mesmo tempo que se conserva a biodiversidade.
- A aplicação da directiva relativa ao tratamento das **águas residuais urbanas** nos países candidatos à adesão poderá, com um esforço elevado no desenvolvimento da rede de esgotos, conduzir ao tratamento das águas residuais com remoção dos nutrientes, resultando numa redução de dois terços na carga de matéria orgânica e de 40-50% de entrada de nutrientes. Isto permitiria reduzir a carga de nitratos e de fósforo descarregados nos Mares Báltico e Negro em 15-30%. Prevê-se, porém, que essas medidas criem um problema grave em termos de lamas, devido a um aumento drástico das quantidades produzidas. Além disso, os custos estimados para a construção das estações de tratamento de águas residuais necessárias (excluindo as ligações) poderão ascender a 9 mil milhões de euros.



- Serão alcançadas importantes reduções nas emissões de determinadas **substâncias perigosas** mediante a aplicação da política da UE nos países candidatos à adesão. Ao longo da próxima década, poderão esperar-se reduções consideráveis, principalmente em relação ao chumbo, embora o crescimento do tráfego automóvel anule largamente esta melhoria potencial; o mesmo se aplica ao cobre e ao mercúrio. A política da UE também poderia reduzir a quantidade de emissões de cádmio mas do crescimento do tráfego rodoviário e da indústria química irá provavelmente anular as reduções resultantes das medidas políticas. Prevêem-se grandes aumentos nas emissões de todos os pesticidas estudados, devido ao crescimento da produção agrícola, ao mesmo tempo que o crescimento previsto no volume dos resíduos incinerados irá aumentar as emissões de hexaclorociclohexano (HCB).
- No que diz respeito à **poluição atmosférica** transfronteiras, prevê-se uma redução das emissões de dióxido de enxofre e de óxidos de azoto da ordem dos 40-50%. A deposição destes poluentes diminuirá subsequentemente, mas dois terços das áreas de ecossistemas continuarão a ser afectadas pela acidificação e, principalmente, pela eutrofização.
- **Poluição do ar nas zonas urbanas:** cerca de 90% da população vive em cidades onde a exposição excede os valores-limite. Prevê-se uma melhoria em relação a todos os poluentes da atmosfera, nomeadamente o benzeno. Contudo, o benzopireno, os óxidos de azoto e, em menor grau, o dióxido de enxofre e as partículas em suspensão (em especial a PM10) continuarão a constituir problemas graves.
- Os locais de deposição de **resíduos perigosos** e as centrais nucleares existentes na área colocam riscos significativos para a saúde e representam uma responsabilidade ambiental. Na verdade, os graves impactes sobre o ambiente e a saúde implicam menor esperança de vida, taxas mais elevadas de determinadas doenças e maior impacte sobre os ecossistemas.

Chipre:

- Apesar de alguma evidência de degradação, a qualidade do Ambiente pode considerar-se, no geral, elevada. No entanto, nas zonas costeiras a taxa urbana cresceu de 44% em 1974 para 68% em 1992. Este crescimento, combinado com o facto de grande parte da capacidade hoteleira se situar no litoral (93% do número total de camas), criou elevada pressão nas referidas zonas, pressão exacerbada ainda pelo desenvolvimento agrícola e industrial. Sendo os recursos aquíferos escassos, os níveis de consumo de água causam alguma preocupação, bem como a qualidade das águas em determinadas áreas, devido à poluição pontual (efluentes) e difusa (agroquímicos). Em algumas áreas, a concentração de nitratos nos aquíferos costeiros sofreu um aumento. A salinização, devido à extração excessiva, constitui o principal problema das águas subterrâneas. A produção anual de resíduos sólidos per capita, estimada em 470 kg/ano para áreas residenciais e 670 kg/ano nas áreas turísticas, está na origem de vários problemas. No sector agrícola, a erosão do solo, a aplicação de herbicidas e agroquímicos (fertilizantes) e a perda de solos agrícolas para outros usos são alguns dos problemas embora a qualidade dos solos seja em geral elevada. A protecção das zonas costeiras e a gestão dos recursos hídricos são, indubitavelmente, as questões mais prementes, requerendo um programa concertado de medidas correctivas.
- Para além disso, porém, o principal motivo de preocupação é a elevada sensibilidade e vulnerabilidade de Chipre aos incidentes de poluição e à sobreexploração dos recursos naturais, em virtude da dimensão reduzida e dos constrangimentos geográficos do país.

Os países candidatos à adesão já começaram a dedicar a sua atenção a esta tarefa através da elaboração de planos-quadro de acção em matéria de ambiente e de saúde ambiental, bem como da integração das normas ambientais da UE na legislação nacional. No âmbito da futura convergência, a intervenção e a aplicação de políticas apropriadas têm potencial para produzir efeitos benéficos tanto nos países candidatos à adesão como na UE, com custos substancialmente mais baixos, através da aplicação de abordagens de eficácia comprovada.

Neste contexto, é previsível um intervalo de tempo significativo antes de se obter o total cumprimento das políticas e normas ambientais da UE, que estão, elas próprias, em evolução. Além disso, nos países candidatos à adesão há também que tratar de actividades prejudiciais do ponto de vista ambiental que não se encontram adequadamente cobertas pela legislação da UE. Isto exige, em especial, uma ponderação mais ampla da “questão da integração” (designadamente nos transportes, na energia e na agricultura). Essa ponderação contribuiria directamente para um processo de alargamento mais sustentável, algo que iria certamente mais longe do que a legislação específica no domínio do ambiente. E tomando o desenvolvimento sustentável como referência, em especial no que diz respeito aos sectores acima mencionados, poderá ser alcançado uma implementação mais ampla.

6. Colmatar as lacunas de informação

O presidente da conferência “Bridging the Gap” (Junho de 1998) concluiu o seguinte, a respeito das novas necessidades e perspectivas para a informação no domínio do ambiente:

“Presentemente, alguns dos sistemas de monitorização e recolha de informação sobre o ambiente nos países europeus são ineficientes e inúteis. Produzem quantidades de dados excessivos sobre temas que deles não necessitam; e falham em produzir informação oportuna e relevante sobre outras questões em que existe uma necessidade política urgente de informação mais precisa e de relatórios e avaliações ambientais consistentes”.

e reconheceu a necessidade de um movimento pan-europeu concertado para:

- facilitar a monitorização e as práticas ambientais,
- centrar a recolha de informação nas questões fundamentais e
- desenvolver indicadores, que teriam de ser necessariamente objecto de um amplo consenso, susceptíveis de esclarecer o significado da mudança ambiental e dos progressos da sustentabilidade.

O relatório da Agência Europeia do Ambiente (AEA) em 1995 “O Ambiente da Europa: a Avaliação de Dobris”, incluía uma síntese dos pontos fortes e fracos da informação sobre o ambiente e domínios afins. Registaram-se alguns progressos desde a análise de 1995, mas ainda há muito a fazer para cumprir o mandato da AEA e os objectivos da conferência “Colmatar as Lacunas”. No entanto, como é mostrado no presente relatório, no “Ambiente da Europa: a Segunda Avaliação” e nas análises do comportamento ambiental dos países efectuadas pela OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico) e pela CEE-NU (Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas), está a ser feita uma maior utilização das informações actualmente disponíveis para realçar o estado do conhecimento e as lacunas e inconsistências remanescentes.

Em direcção a uma melhor informação

- Foram adoptadas a Directiva (96/62/CE) da UE relativa à avaliação e gestão da **qualidade do ar ambiente** e a terceira Decisão da UE (97/101/CEE) que estabelece um intercâmbio de informação e de dados provenientes das redes e estações individuais que medem a poluição atmosférica nos Estados-membros. A AEA instituiu a Euro AirNet e a AIRBASE para complementarem e apoiarem esta legislação e, em cooperação com a Comissão, os países membros da Agência Europeia do Ambiente (AEA) e o Programa EMEP (no âmbito da Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância), melhorarem a qualidade, a coerência e a oportunidade dos dados e das informações disponíveis sobre a qualidade do ar a nível europeu. Contudo, têm-se registado poucos progressos na monitorização minuciosa dos compostos orgânicos voláteis.
- Tem havido melhorias relativamente aos detalhes, comparabilidade e oportunidade dos **inventários de emissões atmosféricas** através da cooperação contínua entre a AEA, a Comissão Europeia (mecanismo de vigilância dos gases de efeitos de estufa), o EMEP, o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC – que presta apoio técnico à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas) e os países membros. Todavia, tem havido poucos progressos em matéria de medição directa das emissões e de compilação de dados sobre as descargas para as massas de água nas zonas de captação ou para o solo e subsolo a nível europeu.
- Os dados sobre a toxicidade, a ecotoxicidade e o destino ambiental dos produtos **químicos artificiais** ainda não são satisfatórios, mas já é reconhecido que são necessárias novas abordagens centradas na persistência e na bio-acumulação.
- Tem havido poucos progressos quanto à qualidade da **informação sobre resíduos**; a Comissão, no início de 1999, aprovou uma proposta de regulamento sobre as estatísticas relativas a resíduos, cuja adopção e aplicação levarão algum tempo. Têm-se registado alguns progressos, coordenados pela AEA e o Eurostat, no que diz respeito à melhoria da qualidade e da consistência das estatísticas relativas aos resíduos domésticos.
- Houve melhorias culturais no que diz respeito à comunicação de **acidentes industriais** e à partilha das lições aprendidas. A base de dados MARS sobre acidentes, apenas para os Estados-membros da UE, está a ser actualmente complementada pelos SPIRS (Sistemas de Recuperação de Informação sobre Instalações Industriais Seveso) que abrangerão o conteúdo do relatório de segurança de cada “Instalação Industrial Seveso” na UE.
- Está actualmente a ser recolhida uma enorme quantidade de dados relativos à monitorização de acidentes e à **radioactividade** ambiental, em toda a Europa, que necessitam de ser interligados e utilizados de melhor forma.
- Ainda não se encontram amplamente disponíveis informações sobre os impactes



- ambientais dos **riscos naturais** e das suas interacções com as actividades humanas.
- As informações sobre os **recursos hídricos** regionais e as extracções de água melhoraram. A AEA elaborou um relatório inicial que apresenta a informação disponível sobre a quantidade e a qualidade das águas subterrâneas. Em colaboração com os países membros e vários países candidatos à adesão, a AEA também está a desenvolver a EuroWater/Waterbase para ajudar a melhorar a comparabilidade dos dados e fornecer informações pertinentes para a directiva-quadro no domínio da água entretanto proposta. Contudo, ainda existem poucos dados sobre os pequenos rios e lagos, os micropoluentes orgânicos e os metais.
 - Para além dos principais tipos de solo, ainda não estão disponíveis para avaliação dados básicos, tais como mapas pormenorizados do **solo** europeu e não tem havido progressos em matéria de qualidade e comparabilidade dos dados disponíveis a nível europeu. Não existe uma rede de monitorização do solo à escala europeia, embora tenham sido efectuados alguns progressos, por exemplo quanto à monitorização dos solos florestais. Ainda falta um inventário europeu das zonas contaminadas, mas já estão a ser elaborados os respectivos requisitos. No entanto, a importância do meio “solo” e a necessidade de dados comparáveis a nível europeu têm sido reconhecidas.
 - Foram realizadas avaliações iniciais das metodologias e das necessidades existentes em matéria de descrição e informação sobre as **paisagens**, mas ainda faltam informações comparáveis a nível europeu.
 - Verificaram-se progressos na acessibilidade dos dados sobre os **ecossistemas, habitats e espécies** na maioria dos países: as espécies mais bem documentadas são as dos vertebrados e das plantas vasculares, mas estão a surgir dados sobre vários grupos de invertebrados, tais como as borboletas e plantas inferiores. Já existem, na maioria dos países, listas vermelhas para os mesmos grupos de espécies. Estão actualmente disponíveis mapas das florestas, mas necessitam de ser harmonizados.
 - Houve progressos na compilação de informações sobre a flora, a fauna, as espécies e os habitats para a rede NATURA 2000 (directivas “Aves” e “Habitats”) em relação aos Estados-membros da UE e também em relação a países terceiros pertencentes à correspondente Rede Esmeralda da Convenção de Berna. Os dados estão a ser utilizados pela AEA através do Sistema Europeu de Informação sobre a Natureza (EUNIS), em cooperação com a Comissão, o Conselho da Europa e organizações internacionais de conservação da natureza.
 - Relativamente ao **ambiente urbano**, não têm ocorrido grandes progressos no fornecimento de informações comparáveis sobre o ruído. A Estratégia Comunitária em matéria de Ruído, que irá ponderar os requisitos e as metodologias para essas informações, apenas foi estabelecida em Setembro de 1998. Existem várias iniciativas europeias relativas ao ambiente urbano e ao



planeamento, mas ainda não produziram um grande volume de informações comparáveis sobre as cidades da Europa.

- As informações sobre os mares europeus continuam a ser limitadas, mas a AEA reuniu os diversos programas e convenções **marítimos** num Fórum Marítimo Inter-regional para ajudar a melhorar a comparabilidade e a oportunidade da informação para avaliações e relatórios futuros. A informação necessária para uma abordagem integrada das **zonas** costeiras europeias e sua gestão, ainda não existe ou encontra-se mal coordenada.
- Registaram-se poucos avanços na recolha de **dados ambientais geograficamente referenciados** para efeitos de análise espacial e territorial a nível europeu. Estão pela primeira vez disponíveis informações consistentes sobre a ocupação do solo na maioria dos Estados-membros da UE e dos países candidatos à adesão. Também houve alguns progressos, embora limitados, relativamente a padrões ou áreas geográficos específicos, tais como orlas costeiras, bacias hidrográficas e áreas naturais. Todavia, ainda há muito mais a fazer para melhorar a necessária qualidade, consistência e cobertura dos dados ambientais geograficamente referenciados a fim de melhorar as avaliações integradas.

Informação e participação do público

“Apesar de os inquéritos mostrarem um elevado, e crescente nível, de sensibilização ambiental do público em geral, este continua a estar mal informado em questões essenciais” (Quinto Programa de Acção em Matéria de Ambiente da UE).

A Directiva relativa ao Direito de Acesso à Informação em Matéria de Ambiente, de 1990, que estabelece o direito do público de aceder às informações ambientais na posse das autoridades públicas, desencadeou indubitavelmente um processo de mudança das atitudes e comportamentos das autoridades públicas, em muitos Estados-membros, no que respeita à melhoria do fluxo de informação para o público. Todavia, tem havido numerosas queixas a respeito da aplicação da directiva, referindo problemas quanto à sua interpretação, a ampla margem para a recusa de acesso, a lentidão das respostas e as diferenças na cobrança pelas informações. É provável que a directiva seja reforçada, pois está actualmente a ser revista, e o compromisso da

UE e dos Estados-membros no sentido de aplicarem a Convenção de Aarhus sobre o acesso à informação, à participação do público na tomada de decisões e ao acesso à justiça em questões ambientais, bem como o novo artigo introduzido no Tratado de Amesterdão, estabelecendo o direito de acesso aos documentos na posse das Instituições Comunitárias, irão contribuir para a obtenção de melhorias, se forem aplicados com eficácia.

A informação do público (através de rótulos ecológicos, registos das emissões de poluentes, avaliação de impacte ambiental e indicadores relevantes) é um instrumento político de importância crescente, necessário para ajudar a mudar os comportamentos, encaminhando-os para actividades de produção e consumo mais sustentáveis, tais como a gestão da procura, a mudança dos “produtos para os serviços” e a redução do impacte ao longo do ciclo de vida.

**Order Form for:
Environment in the European Union at the turn of the Century**

Please send me ___ copies of: "*Environment in the European Union at the turn of the Century*", EEA 1999 , xxx pp, ISBN 92—, Catalogue number: GH—EN-C, Price in Luxembourg xx euro.

Please fill in this form in CAPITAL LETTERS and send it to your bookseller or to one of the sales agents of the EU publications office listed overleaf

Name: _____ Date: _____
Address: _____

Phone: _____ Signature: _____

Ordering Executive Summaries

Executive Summaries of "*Environment in the European Union at the turn of the Century*" are delivered free of charge from the EEA, and are also available on the EEA web-site: <http://www.eea.eu.int> For a personal copy, please e-mail: information.centre@eea.eu.int indicating language version, number of copies and your contact information. If e-mail is not available, please fill in the order form below and send it to the EEA by mail or fax: EEA, Information Centre, Kongens Nytorv 6, 1050 Copenhagen K, Denmark, Fax: +45 33 36 71 99, Phone: +45 33 36 71 00.

Order Form for Executive Summary

Please send me free of charge the Executive Summary of "*Environment in the European Union at the turn of the Century*", in (please indicate language version and number of copies):

No of copies	Language	No of copies	Language
_____	English	_____	Dutch
_____	French	_____	Swedish
_____	German	_____	Finnish
_____	Spanish	_____	Danish
_____	Italian	_____	Norwegian
_____	Portuguese	_____	Icelandic
_____	Greek		

Name: _____ Date: _____

Sales Agents Liste

Agência Europeia do Ambiente

O Ambiente na União Europeia no amanhecer do novo século
Resumo

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades
Europeias

1999 – 44 p. – 14,8 x 21 cm

ISBN 92-828-6779-X